



BOLETIM SEMANAL DO **SINDJUS-DF**

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

18 de novembro de 2003 - Ano III

Filiado à **CUT/FENAJUFE**

Nesta quarta e quinta-feira, você vai escolher o novo Conselho de Delegados

O Sindjus já preparou toda a estrutura necessária para a realização das eleições dos novos delegados sindicais de base, nas próximas quarta (19) e quinta-feira (20).

Urnas itinerantes percorrerão todos os órgãos do Judiciário e ramos do Ministério Público, de 9 h às 19 h, ou de acordo com os horários de expediente de cada local.

Atenção: cada filiado só poderá votar em apenas um candidato, sob pena de ter seu voto anulado.

São 111 candidatos disputando 84 vagas, um índice que demonstra o crescente interesse da categoria pela participação mais direta no sindicato. Tal interesse ficou evidente durante a campanha das últimas semanas, que chamou atenção para o fato de que o delegado sindical é um elo entre a categoria e o sindicato. E de que é

ele quem traz para o sindicato as reivindicações do dia-a-dia dos trabalhadores, distinguindo as que são específicas de cada local de trabalho.

É grande, portanto, a responsabilidade de cada um de nós na escolha do próximo Conselho de Delegados Sindicais de Base. Discuta o assunto com os seus colegas e mobilize o máximo de companheiros para estas eleições.

Cláudio Fonteles aceita ampliar o debate sobre a jornada de trabalho do MPU

Entidades representativas dos trabalhadores do Ministério Público da União, entre as quais o Sindjus, reuniram-se nessa segunda-feira, 17, com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, para discutir a jornada de trabalho do MPU. O assunto foi posto em pauta depois da divulgação de uma pesquisa sobre uniformização dos horários de funcionamento do Ministério Público, segundo a qual uma parte dos procuradores quer ampliar a jornada para 40 horas semanais.

Na primeira discussão do problema com a administração da PGR, realizada no dia 3 de novembro, o Sindjus defendeu a adoção da jornada de seis horas diárias, com rodízio. E solicitou uma discussão mais aprofundada antes de o Ministério Público fechar a decisão, inclusive porque o horário de funcionamento da instituição interessa mais à população do que aos servidores ou aos seus membros. No encontro de segunda-feira, o procurador-geral foi sensível a esse argumento, aceitando dilatar o prazo de discussão até abril ou maio.

O Sindjus vai abrir um amplo debate sobre a questão na categoria. O primeiro já está marcado: será na próxima sexta-feira, na Procuradoria Regional do Distrito Federal (PRDF).

Sindjus homenageia o Dia da Consciência Negra

A edição de novembro do Jornal do Sindjus, que já foi despachada pelos correios, traz matérias sobre temas polêmicos, como os transgênicos e a posse de armas de fogo, sobre o centenário de Ary Barroso e sobre o racismo.

Essa última questão, uma homenagem do sindicato ao Dia da Consciência Negra (20 de novembro), é tratada numa entrevista explosiva com o professor José Jorge de Carvalho, do Departamento de Antropologia da UnB.

Ao longo de cinco páginas, Carvalho demonstra o óbvio ululante que grande parte dos brasileiros se recusa a admitir: o fato de que o Brasil é profundamente racista. Um dos temas da entrevista se refere justamente à ideologia desenvolvida nas universidades, inspirada na obra de Gilberto Freyre, de que por aqui não haveria racismo, já que, supostamente, seríamos um "país de mestiços". Carvalho discorre também sobre a importância da adoção da política de cotas para índios e negros, com a autoridade de quem foi um pioneiro, de 1999, dessa proposta.

Na próxima semana, o Sindjus solicitará oficialmente um levantamento da situação dos negros em todos os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, incluindo os percentuais de ocupação de cargos, funções, postos de direção etc. Ressalte-se, como demonstração de que não há isonomia de tratamento entre brancos e negros na sociedade brasileira, que somente em 2003, 115 anos após a abolição da escravidão, um negro – Joaquim Barbosa – foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal.

Agência Focus



Servidores defendem a ampliação do debate sobre horário de trabalho no MPU

Os servidores da PRDF estão convidados para a assembléia da próxima sexta-feira, 21, que discutirá a jornada de trabalho do Ministério Público. A reunião será no auditório Pedro Jorge, a partir das 17 horas.

Reenquadramento dos servidores da Justiça Federal será julgado no dia 26

O relator do pedido de reenquadramento dos servidores do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, ministro Ari Pargendler, comprometeu-se a levar o processo a julgamento na próxima reunião do CJF, que será realizada no próximo dia 26, em Florianópolis.

Na última sexta-feira, 14, o sindicato reuniu-se com o ministro Ari Pargendler, para debater o problema, lembrando que todos os demais tribunais regionais federais já fizeram a readequação. A medida solicitada tem o objetivo de restaurar a isonomia dos servidores que prestaram concurso antes da edição da lei 9.421/96 e tomaram posse depois de janeiro de 1997, tendo sido enquadrados em tabelas diferentes das que foram anunciadas nos editais dos concursos.

Discutiu-se também a jornada de trabalho dos servidores do Conselho da Justiça Federal, modificada em parte pela portaria 002, que foi questionada pelo sindicato em requerimento entregue durante o encontro.



Ministro Ari Pargendler recebe diretores do Sindjus

A movimentação extraordinária no STM

O Sindjus reuniu-se na quinta-feira, 13, da semana passada, com o presidente do STM, ministro Carlos Eduardo César de Andrade, para discutir o pedido de movimentação extraordinária aos servidores daquele tribunal. Na sexta, 14, o sindicato tratou da questão com o relator do processo, ministro Marcos Augusto Leal de Azevedo. A ambos os ministros, o sindicato entregou um memorial demonstrando que o pleito é legítimo e legal, tanto assim que já foi concedida pelo próprio STM em 2002.

Campeonato de futebol

Hora da definição

Está chegando a hora da definição do 4º Campeonato de Futebol Soçaite do Sindjus. No próximo sábado, 22, os 15 times participantes disputarão as vagas para as quartas-de-final, que se iniciarão logo no domingo. A semifinal será realizada no sábado seguinte, 28, e a grande final, no domingo, 29.

Sindjus exige na Justiça reposição dos 28,86%

O Sindjus ajuizará na próxima semana ação ordinária contra a União, exigindo a reposição, com juros e correção monetária do percentual de 28,86%, que havia sido incorporado aos vencimentos dos servidores pela Lei 8.622/93, mas que foi suprimido a partir da implementação dos Planos de Cargos e Salários.

Um dos principais argumentos do Sindjus é de que a referida supressão feriu o princípio da isonomia entre os trabalhadores do Estado. O fato é que, por meio da Lei 8.622/93, o governo concedeu o reajuste geral aos servidores públicos federais, civis e militares. A mesma lei, em seu artigo 4º, determinou que o Poder Executivo enviaria ao Congresso um projeto de lei especificando os critérios para o reposicionamento dos servidores civis nas respectivas tabelas e a “adequação” dos postos, graduações e soldos dos militares. Por meio da Lei 8.627/93, no entanto, o governo concedeu um reajuste (a título de “adequação”) de 28,86% apenas aos servidores militares. Posteriormente, os tribunais pacificaram a questão, reconhecendo e estendendo o mesmo direito aos servidores civis, que tiveram o percentual incorporado aos seus vencimentos. Com a entrada em vigor dos PCS, entretanto, o percentual foi desconsiderado.